

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.809 - MG (2019/0353003-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : ELISMAR FIGUEIREDO LUIZ E OUTRO
ADVOGADOS : JEANNETE MARQUES LAGE SOUZA - MG084022
ELISMAR FIGUEIREDO LUIZ - MG164692
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : I M DA S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de I M DA S, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.156227-1/000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante como incurso no artigo 215-A do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido.

Sustenta o impetrante que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alega que não haveria justa causa para a persecução criminal.

Afirma que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada, que poderia ser substituída por medidas cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, ou, subsidiariamente, a sua substituição pelas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se "*no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada*" (AgRg no HC 515.197/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, pois a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, consoante se infere das seguintes passagens (e-STJ fls. 53/54):

A concessão de liminar em habeas corpus – medida de caráter excepcional – é cabível quando demonstrada de forma inequívoca a ocorrência simultânea do periculum in mora e do fumus boni iuris, requisitos fundantes da

Superior Tribunal de Justiça

contracautela à segregação cautelar.

No caso, em um juízo de cognição sumária – próprio, aliás, desta fase processual – não vislumbro a existência de tais requisitos, ou seja, não se verifica de plano configurado o alegado constrangimento a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Observo, ainda em avaliação perfunctória, a existência de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do crime, evidenciados pelo auto de prisão em flagrante delito (ordens 02/04), além dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, devidamente explicitados na decisão constritiva (ordem 08). No caso em apreço, as circunstâncias do crime em apuração exsurtem com especial gravidade, inclusive ao se considerar que há indicativos de que Ícaro e o coinvestigado Wilber teriam encurralado a vítima, após ela ter negado ser garota de programa, ocasião em que ambos abaixaram suas calças e retiraram seus pênis para fora, momento em que teriam forçado a ofendida a segurar seus respectivos órgãos genitais e insistido para que ela fizesse sexo oral neles. Tais aspectos estão a sinalizar que as circunstâncias fáticas do contexto delitivo que é atribuído ao agente indicam a necessidade de especial atenção quanto à sua periculosidade, uma vez que denotam, em concreto, risco à ordem pública.

Cabe registrar, ainda, que a Certidão e a Folha de Antecedentes Criminais do paciente não se encontram nestes autos, para melhor parametrizar análise de periculosidade, sendo, portanto, mais um motivo pelo qual se faz necessária a prévia ausculta da autoridade impetrada antes de analisar o que é alegado em favor do acusado.

Assim, não vejo como, por ora, deferir a liberdade buscada em sede de provimento liminar e monocrático.

As demais alegações trazidas pelo impetrante para embasar o pedido liminar hão de ser esmiuçadas quando do julgamento do mérito da impetração, devendo, pois, ser submetidas à apreciação da Turma Julgadora, em colegiado.

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária, para manter, ao menos por ora, a segregação cautelar do paciente.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente

Superior Tribunal de Justiça

acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

